

mundo” (p. 25) atribuída antes à magia. Este poder se auto-proclama portador de uma nova universalidade e de uma confiabilidade incomparável.

Na medida em que tudo foi reduzido a princípios de causalidade e quantificação, a técnica é o veículo deste império. Esta revela-se, em última instância, como único caminho seguro, pois é ela que garante a possibilidade de prever e planejar os acontecimentos, de acordo com regras matemáticas. Deste modo, quanto mais as relações causais se apresentam como fatais mais elas servem para a viabilização da técnica dominadora. O rigor da lógica formal apresenta-se como o auge desta processualidade, de forma que só é legitimado o que se coaduna com esquemas lógicos. A lógica, como um dos produtos do esclarecimento, só é possível como auge desta dinâmica na medida em que ela mesma se impõe de forma mitológica. Desta forma o pensamento vai se desacoplando do mundo da vida e o esclarecimento se enredando cada vez mais na mitologia.

A partir da previsibilidade acima descrita, todo o acontecimento é apenas repetição pois é reduzido às mesmas regras lógico-causais. Mas este “princípio da imanência, a explicação de todo acontecimento como repetição, que o esclarecimento defende contra a imaginação mítica é o princípio do próprio mito” (p. 26), pois também ele reduzia a realidade a uma explicação subjetiva a fim de dominá-la. Também aqui, “o que seria diferente é igualado” (p. 26). Assim torna-se fácil visualizar o preço pago por este processo abstraidor. Já que tudo tem que ser reduzido ao equivalente e intercambiável, nada mais pode ser *em-si e para-si*. Obviamente, esta lógica não se restringe apenas à relação entre os indivíduos e as coisas, mas estende-se também à esfera da relação dos indivíduos entre si.

A estruturação social, antes baseada em vínculos de outra natureza, passa a ser regrada pelas entidades formais-abstratas do direito burguês. Este fato contribui para a modelagem e padronização, utilizada para a produção e consumo de mercadorias, possibilitando a redução de pessoas e coisas a *quantums* de trabalho abstrato. A aparente “liberdade de escolha”, pela qual os indivíduos recebem doses diárias de ilusão e combustível para se manterem apegados a esta dinâmica, camufla a mais calculada e autoritária coerção social. É este também um dos fatores pelo qual, segundo Adorno e Horkheimer, “o esclarecimento sempre simpatizou, mesmo durante o período do liberalismo, com a coerção social. A unidade da coletividade manipulada consiste na negação de cada indivíduo” (p. 27).

Na medida em que as individualidades são negadas, a existência humana mesma fica submetida a algo estranho a ela mesma. O rompimento da relação com a Natureza implica, pois, a perda da própria liberdade e não a afirmação desta. “A abstração, que é o instrumento do Esclarecimento, comporta-se com seus objetos do mesmo modo que o destino, (...) ela se comporta como um processo de liquidação” (p. 27).

Esta dinâmica abstraidora tem sua origem no próprio distanciamento do sujeito com relação ao objeto. É com base nesta distância objetificadora, na qual todas as realidades vivenciais específicas e seus aspectos qualitativos são eliminados, que o sujeito esclarecido pode desenvolver a universalidade do pensamento. A dominação do real se desdobra no enquadramento da realidade em conceitos que permitem a formulação de uma lógica. Assim, a verdade passou a ser identificada com o

pensamento ordenador daí decorrente. As demais dimensões da vida social, individual e política que não se adequarem a estas exigências serão condenadas ao esquecimento. Torna-se, assim, compreensível a concepção de verdade inerente ao esclarecimento: “O eu, que aprendeu a ordem e a subordinação com a sujeição do mundo, não demorou a identificar a verdade em geral com o pensamento ordenador, e essa verdade não pode subsistir sem as rígidas diferenciações daquele pensamento ordenador” (p. 28).

Todas as coisas vivas e animadas passam a ser tratadas como mortas. O próprio ser humano, inclusive, pode ser percebido apenas como um mecanismo. Não há possibilidade de tratar os organismos vivos como tais sob o princípio da calculabilidade. Por isto o animado precisa ser reduzido a algo inanimado, a fim de, também, ser dominado. A desmitologização constitui-se, assim, num processo de usurpação da animidade das coisas. Tudo está determinado e, sob o jugo desta racionalidade independente e portadora única de animidade, “nada mais pode ficar de fora, porque a simples idéia do “fora” é a verdadeira fonte da angústia” (p. 29).

A consideração sobre o que é justo ou injusto passa pelo crivo desta esfera, desacoplada do campo existencial das pessoas e da dinâmica própria da natureza na qual também o ser humano se inclui. A igualdade diante do direito moderno, onde o indivíduo é reduzido á pessoa do direito, determina os limites dentro dos quais a justiça, ou mesmo a injustiça, pode ser tematizada. Caso sejam feitas reivindicações substantivas a partir de esferas e pressupostos que não sejam as disponibilizadas pelas figuras jurídicas abstratas e formais, estas devem ser desconsideradas ou remodeladas de forma que se adequem às regras pré-ditadas.

“A injustiça se absorve no direito.(...) Antes, os fetiches estavam sob a lei da igualdade. Agora, a própria igualdade torna-se fetiche” (p. 30).

Antes de poder reduzir diversas dimensões da vida humana e não humana a figuras jurídicas e conceitos quantificáveis e logicamente previsíveis, foi preciso o esartejamento, com finalidade classificatória e manipulável de nossa própria linguagem. Um exemplo desta situação pode ser mencionado na distinção e nítida separação entre ciência e poesia. Não se poderia correr o risco de deixar aspectos não objetiváveis se inserirem ou mesmo influenciarem no conhecimento objetivo da natureza. Todos estes aspectos foram classificados, alocados e domesticados. A arte, deste modo terá um lugar separado, distanciado da vida e passa a ser instrumentalizada pela da indústria cultural, que permitirá ao público uma nova espécie de consumo. Museus, teatro, cinema, literatura, pintura e etc. são momentos de entretenimento passivo e submisso dentro da monotonia do cotidiano. São uma espécie de variação sobre o mesmo tema, cuja função principal é anestesiar e tornar suportável o tédio diante da vida normal desencantada.

A própria formatação da linguagem e da sua prévia delimitação não permitem ultrapassar este limite. “É enquanto signo que a palavra chega à ciência.(...) Enquanto signo, a linguagem deve resignar-se ao cálculo; para conhecer a natureza, deve renunciar à pretensão de ser semelhante a ela. Enquanto imagem, deve resignar-se à cópia; para ser totalmente natureza, deve renunciar à pretensão de conhecê-la” (p. 31). Mesmo Platão, na medida em que busca banir a poesia como forma de conhecimento, ou rebaixá-la a um nível inferior de conhecimento,

priorizando o conhecimento lógico-racional, forneceu argumentos ao positivismo que, radicalizando estes argumentos pôde banir a própria doutrina das Idéias. Se, por um lado, o positivismo já se encontrava em germe em Platão, a *Crítica da Razão Pura*, de Kant, originalmente elaborada com o propósito de investigar a possibilidade da Metafísica, de modo indireto, serviu para restringir o pensamento para dentro de um círculo, cujo aspecto central é a dominação e subjugação da natureza. O que não é fato e não se esgota no conceito é descartado. “A arte teria, primeiro, que mostrar a sua utilidade” (p. 32). Concepções como a de Schelling, segundo a qual “a arte entra em ação quando o saber desampara os homens” (p. 32), e que ela indica os horizontes para onde a própria ciência ainda há de chegar, o mundo burguês não pode suportar, pois isto seria muita confiança na arte e uma confissão dos limites da própria da razão.

Em questão não está apenas a linguagem e o pensamento, mas a própria realidade social. “Assim como as primeiras categorias representavam a tribo organizada e seu poder sobre os indivíduos, assim também a ordem lógica em seu conjunto (...) baseia-se nas relações correspondentes da realidade social, da divisão do trabalho” (p. 35). Não há espaço para a solidariedade social, pois tudo está determinado e é “testemunho da unidade impenetrável da sociedade e da dominação. (...) A divisão do trabalho, em que culmina o processo social da dominação, serve à autoconservação do todo dominado” (p. 35). Não há possibilidade de identificação da injustiça, pois não há a possibilidade de recorrer a alguma outra esfera, como era o caso da apologia metafísica na medida em que podia apontar

a incongruência entre conceito e realidade, pois estas esferas não se diferenciam mais.

Na medida em que o procedimento matemático se tornou o procedimento do pensar este reificou-se “num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo” (p. 37). Fica excluída qualquer possibilidade de pensar o pensamento, pois ele é coisa, instrumento, com uma função previamente definida, classificada. O juízo filosófico daí decorrente não pode mais ter nada de novo, “porque repete tão-somente o que a razão já colocou no objeto” (p. 38).

O indivíduo protagonista deste fazer é simplesmente um eu abstrato, que se julga acima e independente de qualquer determinação sensível, acima de qualquer interação material e emocional. O eu abstrato sistematiza e domina ao submeter tudo às suas categorias, ao reduzir o mundo a mera abstração. O princípio autônomo da razão toma vida própria e, alienada do sujeito, se realiza no mercado, e na liberdade formal e abstrata do Estado de direito. No entanto, o “que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado” (p. 38). A ordem existente é apresentada pelo Esclarecimento como a verdade e toda a forma de esperança que não se funde neste pressuposto deve ser considerada fantasia. O desencantamento do mundo é também desencantamento da vida, o abandono de qualquer projeto de futuro. Mesmo que a existência seja muito mais do que aquilo que o pensamento consiga abarcar, a impossibilidade de esperança no pensamento se reflete na própria existência. O pensamento por sua vez busca se apropriar dela mesma pelos símbolos matemáticos. Não é

por acaso que, na atualidade há uma forte tendência na psicologia para matematização, isto é, para redução do humano ao quantitativo. Segundo os autores, “o animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas” (p. 40).

A processualidade aí implicada tende a destruir a própria base existencial humana, na medida em que converte os sujeitos em objetos. Reduzindo todos os sujeitos a objetos a vida não é mais possível. Certamente enquanto houver vida, haverá resistência, mas o processo de formatação, está em andamento acelerado. “As inúmeras agências de produção de massa e da cultura por ela criada servem para inculcar no indivíduo os comportamentos normalizados como os únicos naturais, decentes, racionais” (p. 40). Ocorre, assim, uma orientação mítica das existências pessoais e sociais, anulando os potenciais e impulsos crítico-emancipatórios aí contidos. Todas as idéias, ações, manifestações espontâneas e projetos, se defrontam e experimentam esta totalidade, inculcada já em cada indivíduo, e que, por isto se torna uma força (de)formadora e vigilante da coletividade. No dizer de Adorno e Horkheimer: “força da coletividade que tudo vigia, da sala de aula ao sindicato” (p. 40). As relações dos indivíduos entre si e com o seu meio vão perdendo campo para a ação planejada racionalmente. A dinâmica própria das coisas, da vida, perde totalmente sua autonomia.

As pessoas, o eu, são destituídos de todo caráter sensível.. “O eu que, após o extermínio metódico de todos os vestígios naturais como algo de mitológico, não queria mais ser nem corpo, nem sangue, nem alma e nem mesmo um eu natural, constitui, sublimado num sujeito transcendental ou lógico, o ponto de referência da razão, a

instância legisladora da ação” (p. 41). Certamente a legitimação do controle sobre as subjetividades volatilizadas torna-se, assim, tarefa muito mais simples e eficaz, seja na sala de aula, na fábrica, no escritório ou no próprio cotidiano.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: RESISTÊNCIA AO ANIQUILAMENTO DAS DAS UTOPIAS

Em nossas notas sobre o conceito de Esclarecimento procuramos expor de forma livre alguns desdobramentos e conseqüências deste processo a partir da ótica de Adorno e Horkheimer. O caráter dialético e totalitário do esclarecimento é demonstrado no instante em que ele supera o mito e se reafirma em seu lugar tornando-se o novo mito. A dominação progressiva das diversas esferas da vida é a conseqüência mais devastadora. Esta racionalidade se impôs historicamente e se auto-proclamou como a única. O cálculo (economia) e a lei (direito), regidos por princípios autônomos e complementares, são os pilares em que doravante a sociedade deve se apoiar. Eles são apresentados como fórmulas mistificadas de resolução automática dos problemas.

A economia mercantil burguesa que é simultaneamente sua conseqüência, é também sua aceleração. “Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie” (p. 43). Nela se manifestam de forma incondicional e indisfarçada as exigências sacrificiais como necessárias e incontornáveis. Qualquer projeto diferenciado é logo classificado como ilusório e sem sustentação substancial, lógica. Condição de sobrevivência é

não dar ouvidos as realidades sensíveis e naturais, a não ser que seja para instrumentalizá-las, torná-las o elo de ligação e submissão dos próprios sujeitos à lógica abstrata e suas exigências.

Assim, as agências de marketing procuram saber das potencialidades e fraquezas pessoais dos indivíduos no intuito de utilizá-las como forma de tornar os indivíduos dependentes e submissos. “Quem quiser vencer a prova não deve prestar ouvidos ao chamado sedutor do irrecuperável e só o conseguirá se conseguir não ouvi-lo. Disso a civilização sempre cuidou. Alertas e concentrados, os trabalhadores têm que olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado” (p. 45).

A dominação se manifesta assim em todos os níveis: desde a arte, submissa e neutralizada sob os comandos de uma lógica produtiva e transformada em mero objeto de contemplação, até a dominação do próprio corpo, que passa a ser apenas um elemento portador *de* e instrumentalizado *por* fins exteriores a ele. Utopias fundadas em outros elementos como intuições e vivências sensíveis, estéticas e morais são, assim, deslegitimadas. Assim, a humanidade é “forçada a regredir a estágios antropológicamente mais primitivos, pois a persistência da dominação determina, com a facilitação técnica da existência, a fixação do instinto através de uma repressão mais forte” (p. 46).

O processo se acelera progressivamente na medida em que o ser humano se torna um dependente confesso desta forma de pensar. Novos mecanismos de mercado, mais desencantamento, mais cálculos e sacrifícios sociais são as soluções apontadas para a superação dos problemas causados pela própria economia liberal burguesa, por sua

vez, fruto de todo este processo. No entanto é verdade, concluem Adorno e Horkheimer, “que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto” (p. 46).

A capacidade de resistência, quando limitada a estes critérios e limites impostos por esta racionalidade, leva a uma conformidade e incapacidade crítica mesmo diante dos resultados mais nefastos, mesmo diante da destruição das próprias bases existenciais. A passividade com que muitos povos e indivíduos caminham para o final de sua existência, sem ao menos resistirem, parece evidenciar cada vez mais a força paralisante e totalitária inerente ao Esclarecimento. É o preço pago para “amadurecer”, a autonomia absoluta do eu diante da natureza e da sociedade. “Os ouvidos moucos, que é o que sobrou aos dóceis proletários desde os tempos míticos, não superam em nada a imobilidade do senhor. É da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade” (p. 47).

A coletividade é composta por seres isolados e governada por uma força que não permite esperança alguma dentro dos seus horizontes. Por isto, todos devem ter acesso aos meios (de) formadores e por isto os “instrumentos da dominação destinados a alcançar a todos – a linguagem, as armas e por fim as máquinas – devem se deixar alcançar por todos” (p. 49). Paradoxalmente, mesmo que pareça estar sendo alimentada, a humanidade está sendo mutilada pela maquinaria. “Na medida em que cresce a capacidade de eliminar duradouramente toda a miséria, cresce também desmesuradamente a miséria enquanto antítese da potência e da impotência” (p. 49).

Se a natureza parece estar perdendo o seu poder sobre os seres humanos, estes, por sua vez vão sendo

sistematicamente subjugados ao poder dos sistemas criados pela própria humanidade. A criatura está dominando o criador.

O Esclarecimento, na medida em que reflete esta situação, em que a torna conhecível e declara como “obsoleta a razão da sociedade racional” torna-se perceptível em sua própria alienação. Revela-se, assim, uma outra potencialidade inerente à idéia do Esclarecimento, que não aquela que leva a uma simples substituição do mito, que se perde no positivismo. “Pois ele é não somente, enquanto ciência, um instrumento que serve para distanciar os homens da natureza, mas é também, enquanto tomada de consciência do próprio pensamento que, sob a forma da ciência, permanece preso à evolução cega da economia, um instrumento que permite medir a distância perpetuadora da injustiça” (p. 50). Nesta capacidade que ainda resta de medir a distância perpetuadora da injustiça, reside a possibilidade de acessar justamente aquilo que é negado pela ciência dominadora, o que evidencia o caráter dialético do Esclarecimento.

Certamente não será apostando de forma dogmática na eficiência desta lógica e nas instituições resultantes do mundo desencantado, ou dos mecanismos de mercado, que a corrida suicida irá parar de se acelerar. Diante da confusão em que estamos mergulhados é imperioso que seja contraposta uma postura crítica capaz de se colocar a serviço da dinâmica própria da vida, uma postura que fundamente e se sustente em uma teoria que não negue a natureza como um todo e nem a possibilidade do inédito, da individualidade, da existência sensível e corpórea. A recuperação dos potenciais emancipatórios da sensibilidade material, estética, ética e mesmo religiosa, no

entanto, terá de ser acompanhada de um pensamento que ouse pensar a si mesmo, que não se desacople da vida, que não idolatre os automatismos lógico-causais. Uma tal postura requer uma práxis não limitada aos horizontes do mito da formalidade lógica, que resulta sempre na resignação perante a realidade. Neste sentido “uma verdadeira práxis revolucionária depende da intransigência da teoria em face da inconsciência com que a sociedade deixa que o pensamento se enrijeça” (p. 52). Certamente com a obra *Dialética do Esclarecimento* os autores contribuíram e ainda muito tem a contribuir para impedir que o pensamento e a práxis se atrofiem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos Filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HOEBEL, E. Adamsom; FROST, Everett L. *Antropologia Cultural e Social*. São Paulo: Cultrix, 1976.

KANT, Immanuel. Resposta a pergunta “Que é o Iluminismo?”. In: KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*. Trad. de Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1986.

LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

MARCUSE, Herbert. *Der eindimensionale Mensch. Studien zur Ideologie der fortgeschrittenen Industriegesellschaft*. Darmstadt und Neuwied: Luchterhand. 1979.

SOUZA, Ricardo Timm. *Razões Plurais. Itinerários de Racionalidade Ética do Século XX*. Coleção Filosofia 169. Edipucrs: Porto Alegre. 2004.